



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 423/2019

**PROTOCOLO SIC** 756021922847

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Acesso à cópia de processo que originou o PLC nº 74/2019. Atendimento da demanda. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 423/2019**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, número SIC em epígrafe, para acesso à cópia de processo que originou o PLC nº 74/2019.
2. Em resposta, a Pasta atendeu parcialmente demanda. Em recurso, o ente quedou-se silente. Assim, o interessado apresentou recurso a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar a supressão de instância, a Pasta encaminhou a cópia do processo anexado. Cientificado, o interessado se manifestou pela continuidade do recurso, entendendo que a informação está incompleta.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente disponibilizou a informação solicitada - o processo que originou o PLC nº 74/2019. Inclusive, a integridade do processo pode ser consultada no rodapé do processo digital. As demais informações podem ser encontradas no próprio processo e na resposta inicial do ente público.
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pela Controladoria geral da União: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria

Classif. documental 006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



- ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental." (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.)."
6. Ante o exposto, considerando o fornecimento de todas as informações custodiadas pelo ente público, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
  7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 26 de dezembro de 2019.

Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado